

ISSN: 1980-0193

PERSPECTIVAS CONTEMPORÂNEAS

Revista eletrônica de ciências
sociais aplicadas.

V.2, N.2, 2007



EDITORIAL

Perspectivas Contemporâneas
Faculdade Integrado
Campo Mourão – Paraná – Brasil
Av. Irmãos Pereira, 670, Centro
Fone: 55 44 3523 1982
CEP: 87301-010

Editor Chefe

Patrícia Regina Cenci Queiroz

Editor de Revisão e Correção

Ana Paula Previante Widorski

Editor de Língua Estrangeira

Aparecida da Penha dos Santos
Fernanda Scheibel Bispo

Editor de normalização

Vinicius Ortiz de Camargo

Editor Externo

Luciana Aparecida Bastos
Emanulle Torino

Editor de Layout

Márcia Regina Ferri

Projeto Gráfico e Edição Final

Emanuelle Torino
Márcia Regina Ferri
Patrícia Regina Cenci Queiroz

Suporte Técnico

José Leandro Xavier
xavier@grupointegrado.br

Perspectivas Contemporâneas

“*It’s a brave new world*”, diria Aldous Huxley em sua célebre obra, e certamente admirável é, este mundo. Este novo mundo, modificado de forma acelerada nos dois últimos séculos, tornou-se, ao mesmo tempo, uma arena de desafios e oportunidades tanto para as ciências quanto para os empreendimentos humanos. É lícito afirmar que a ciência tem modificado o mundo e os efeitos destas mudanças trouxeram simultaneamente soluções e problemas para a humanidade.

É uma era de paradoxos, parafraseando Charles Handy, na qual pode-se, ao mesmo tempo, verificar os benefícios inegáveis da tecnologia nas áreas da saúde, comunicações, educação e transportes e, em contraposição, os problemas causados nas mesmas áreas têm igual ou maior impacto.

Para explicar as relações existentes entre os artigos do presente número da revista, preferi classificá-los em três eixos principais: i) problemática sócio-ambiental; ii) negócios; e iii) tecnologia.

No primeiro eixo, sócio-ambiental, enquadram-se o artigo de SILVA e CORONEL, sobre os movimentos ambientais e o artigo “Desenvolvimento humano em municípios gaúchos [...]” de FROEHLICH e NEUMANN, que demonstram dois campos de estudos que, embora muito abordados ultimamente, ainda carecem de contribuições como estas para o entendimento desta interação entre sociedade e ambiente, tão antiga na convivência, mas grande novidade como área de estudos nas ciências sociais.

Como representantes do segundo eixo, estão os artigos de SANTOS e SAAVEDRA, sobre negociações, GONÇALVES e RAIHER, sobre concessões rodoviárias, MACIEL, da área de estratégia, GALEANO e MATA, representante da área de finanças. Estes artigos, quando lidos e classificados como presentes em uma linha de raciocínio, têm o grande mérito de demonstrar a grande diversidade de temas que podem ser discutidos na área de organizações e, mais especificamente, sobre empresas. Esta diversidade que depõe a favor do, já antigo, alerta sobre o aumento da complexidade das operações dos setores produtivos, e em última instância, impactando em inevitável aumento da complexidade da vida humana na sociedade de consumo atual.

Restam ainda os artigos de JESUS e PERIOTO, que mesclam os dois eixos anteriores, apresentando uma visão sobre a interface existente empreendedorismo e meio-ambiente, mediada pela tecnologia e o artigo de RIBEIRO, ZABADAL e FREITAG, sobre os custos de emprego de tecnologias de segurança no mundo virtual, como respostas às ameaças que diariamente rondam este ambiente.

Desta forma, novamente, a revista *Perspectivas Contemporâneas* faz jus a seu título e a sua linha editorial, apresentando artigos de qualidade e que efetivamente contribuem para o fomento às discussões e ao esclarecimento dos temas que concernem a estes assuntos.

Boa leitura.

Rogério Silveira Tonet

Coordenador de Extensão da Faculdade Integrado, administrador com especializações em Recursos Humanos e Marketing, Mestre em Administração pela Universidade Federal do Paraná (2004).

A PARTICIPAÇÃO DOS MOVIMENTOS AMBIENTAIS NAS POLÍTICAS AMBIENTAIS NACIONAIS E TRANSNACIONAIS

Daniel Arruda Coronel ⁽¹⁾

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande Sul, Porto Alegre – RS

Juliana Franchi da Silva ⁽²⁾

UPF – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo – RS

RESUMO

A partir dos anos 80, a temática acerca do meio ambiente passou a assumir um papel de grande importância nos discursos dos diversos atores que compõem as sociedades. O ambientalismo expande-se e penetra em outras áreas e dinâmicas organizacionais, estimulando o engajamento de diversos grupos como o dos movimentos sociais. Os movimentos sociais contemporâneos assumem notoriedade pela intervenção que logram promover nos espaços de decisão. Enquanto fenômenos participativos cumprem importante papel no desenvolvimento em definição de políticas ambientais. Os conceitos de natureza e meio ambiente abandonaram os limites da ciência ecológica e passaram a designar uma agenda de lutas sociais. Passaram então, a ser vistos não apenas como mais uma questão a ser equacionada pela lógica científica, mas, sobretudo, como um valor crítico do modo de vida dominante, em torno da qual tem se organizado um importante debate acerca de novos valores éticos, políticos e existenciais que deveriam reorientar a vida individual e coletiva.

PALAVRAS-CHAVE: meio ambiente; movimentos sociais; políticas ambientais.

THE PARTICIPATION OF THE ENVIRONMENTAL MOVEMENTS IN THE NATIONAL AND TRANSNATIONAL ENVIRONMENTAL POLITICS

ABSTRACT

Beginning from the eighties the thematic about the environment started to assume a paper of great importance in the several actors' speeches which composes the societies. The environmentalism expands and goes in other areas and organizational dynamics stimulating the engagement of several groups such as the social movements. The contemporary social movements assume fame for the intervention which achieves to promote in the decision spaces. While phenomena participation accomplish important paper in the development in definition of environmental politics. The nature concepts and environment abandoned the limits of the ecological science and they started to designate a calendar of social fights. They passed then, to be seen not only as one more subject to be set out by the scientific logic, but, over all, as a critical value in the way of dominant life, around that was organized an important debate about new ethical, political and existential values that should reorient the individual and collective life.

KEYWORDS: Environment; Social movements; Environmental Politics.

INTRODUÇÃO

A sociedade globalizada está em crise na medida em que se observa a degradação ambiental, o avanço da desigualdade e da pobreza, o risco do colapso ecológico. E cada vez mais o homem enfrenta o desafio de estabelecer um padrão de relacionamento com o mundo para que este possa continuar abrigando-o de maneira sustentável. Necessita-se cada vez mais da sensibilização da sociedade, da incorporação do saber ambiental no sistema educacional e da formação de recursos humanos para que possam orientar e instrumentar as políticas ambientais.

A Conferência de Estocolmo caracterizou-se como o limite inicial das políticas internacionais de conscientização das nações sobre as questões ambientais. As agressões à biodiversidade, a contaminação da água, do ar e dos solos passaram a ser questões de fundamental importância num mundo em que a explosão demográfica se acentuava.

Neste evento realizado em 1972, chamado de Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, a Educação Ambiental passou a existir como um campo de ação pedagógico, buscando a formação de sociedades e cidadãos ambientalmente conscientes e responsáveis.

A partir dos anos 1980 a temática acerca do meio ambiente passou a assumir um papel de grande importância nos discursos dos diversos atores que compõem as sociedades. O ambientalismo se expande e penetra em outras áreas e dinâmicas organizacionais estimulando o engajamento de diversos grupos como o dos movimentos sociais.

Os movimentos sociais contemporâneos assumem notoriedade pela intervenção que logram promover nos espaços de decisão. Enquanto fenômenos participativos cumprem importante papel no desenvolvimento em definição de políticas ambientais.

Segundo Leff (2001), a percepção da problemática ambiental não é homogênea e cobre um amplo espectro de concepções e estratégias de solução. As manifestações da crise ambiental dependem do contexto geográfico, cultural, econômico e político, das forças sociais e dos potenciais ecológicos sustentados por estratégias teóricas e

produtivas diferenciadas. Desse modo, ainda não pode haver um discurso e nem uma prática ambiental unificados.

Cada vez mais a mundialização contemporânea é vista como um produto associado à expansão mais ampliada do capitalismo, do consumismo da sociedade, que acarreta uma crescente mercantilização da vida, em todas suas formas e em níveis inéditos da história da humanidade.

Numa visão mais extremada, chega-se a afirmar que a emergência econômica globalizada rompe de maneira definitiva com o passado, a ponto de determinar a decomposição das economias nacionais e o fim do Estado-nação, especialmente como espaço territorial de eficácia na governabilidade das atividades econômicas nacionais.

Entretanto, a busca do progresso econômico está no cerne da problemática ambiental. Com o processo da globalização, isto é, o processo de expansão e difusão da economia, tem-se negligenciado o uso racional das matérias primas que sustentam a base até mesmo da prosperidade.

Os conceitos de natureza e meio ambiente abandonaram os limites da ciência ecológica e passaram a designar uma agenda de lutas sociais. Passaram então, a ser vistos não apenas como mais uma questão a ser equacionada pela lógica científica, mas, sobretudo, como um valor crítico do modo de vida dominante, em torno da qual tem se organizado um importante debate acerca de novos valores éticos, políticos e existenciais que deveriam reorientar a vida individual e coletiva.

Os movimentos ambientais abrangem uma ampla e diversificada gama de interesses e objetivos. Muitas vezes, eles passam a ser um desafio contra a essência do capitalismo industrial e globalizado.

O ponto de inflexão do movimento ambientalista ocorre com a constituição de fóruns e redes que tem importância estratégica para ativar, expandir e consolidar o caráter multissetorial do ambientalismo. Em alguns setores ocorre à incorporação de uma multiplicidade de atores, como é o caso de experiências de participação na gestão de preservação da biodiversidade através da formação de redes. As redes se fortalecem no plano político e institucional, sendo cada vez mais reconhecidas pelas

sociedades e pelos governos, sendo crescentemente solicitada a participar dos processos decisórios.

A atuação dos movimentos ambientais tanto nacionais como transnacionais possuem destaque nos dias atuais, pois as estratégias que adotam para desenvolver suas demandas redefinem as relações entre Estado, organizações inter-governamentais e a sociedade civil.

Os arranjos políticos, expressos nos movimentos sociais, ganham importância na medida em que logram inserir nas arenas políticas nacionais e internacionais demandas civilizatórias, comprometidas com causas sociais diversificadas.

Dentre estes fenômenos participativos, o ativismo político das Organizações não-governamentais ambientalistas, de alcance transnacional, merece destaque em face de impacto que determinam nas relações nacionais e internacionais, principalmente no que concerne ao desenvolvimento das políticas ambientais.

Por fim, a crise ambiental gera novos saberes através de estratégias conceituais guiadas para a construção de uma nova racionalidade social, orientada por princípios de democracia, sustentabilidade ecológica, diversidade cultural e equidade social. Isso renova os princípios da educação ambiental e coloca novos desafios futuros para transformar suas orientações, suas estratégias e seus métodos.

2. A IMPORTÂNCIA DOS MOVIMENTOS AMBIENTAIS NAS SOCIEDADES CONTEMPORÂNEAS

Na atualidade, ocorrem no mundo uma profunda revolução que atinge com inusitada velocidade o dia-a-dia das pessoas, as formas de existência dos Estados e as relações entre eles. Ocorre uma rearticulação das relações de poder, da divisão internacional do trabalho e da riqueza, das regulações que determinam o grosso das relações entre países, regiões ou blocos de países. As grandes questões econômicas, financeiras, políticas, sociais, científicas, tecnológicas, culturais, sanitárias, ambientais, etc. ultrapassam as fronteiras nacionais. Passam a ser vistas cada vez mais numa dimensão planetária, globalizada.

Segundo Castro (1994), a tendência crescente do êxodo rural em direção aos centros de produção, a queda da qualidade de vida e os problemas ambientais ocorridos à medida que cresciam os efeitos da deterioração do meio ambiente e da vida nas cidades, causados pela revolução industrial, deram vazão ao aparecimento de entidades conservacionistas, orientadas para a proteção da fauna e da flora denotando, uma mentalidade que se associava a uma estética ambiental do que propriamente a saúde do meio ambiente.

Uma das ações pioneiras no sentido de disseminar uma consciência pró-ambiental foi à criação de parques nacionais, nos Estados Unidos, em 1872. Seguindo-se daí a instituição do dia da árvore.

Em 1968, em Roma, realizou-se uma reunião de cientistas dos países desenvolvidos para discutir o consumo, as reservas de recursos naturais não renováveis e o crescimento da população mundial até meados do século XXI. O chamado “Clube de Roma ⁽³⁾” concluiu pela necessidade urgente de se buscar meios para a conservação dos recursos naturais e controlar o crescimento da população, além de se investir numa mudança radical na mentalidade de consumo e procriação. Desse modo, com os debates e conclusões realizadas, o problema ambiental foi colocado a nível planetário.

Entretanto, no decorrer do processo da globalização com as suas múltiplas dimensões, isto é, militar, econômico-produtiva, financeira, comunicacional-cultural, religiosa, interpessoal-afetiva, científico-técnica, populacional-migratória, ecológico-ambiental, epidemiológica, criminal-policial e política, estão presentes os mais diversos movimentos sociais, dentre eles, o movimento ambiental.

De acordo com Gohn (2003), os movimentos sociais são vistos como ações sociais coletivas de caráter sócio-político e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas. Na ação concreta, essas formas adotam diferentes estratégias que variam da simples denúncia, passando pela pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações, etc.), até as pressões indiretas.

Os movimentos sociais contemporâneos atuam por meio de redes sociais, locais, regionais, nacionais e internacionais ⁽⁴⁾.

Ocorre que, quando a atuação dos movimentos sociais apresenta alcance transnacional, os mesmos tendem a influenciar na preparação de políticas e tratados firmados pelas instituições interestatais. Assim, quando as demandas dos movimentos sociais assumem implicações planetárias, como as demandas ambientais, forçam negociações e definições de medidas multilaterais no âmbito das organizações internacionais clássicas. Como explica Aronowitz (1992):

(...) os movimentos sociais são (desigualmente) internacionalistas e comunitários. Eles falam em defesa de suas aspirações locais, contra o poder das multinacionais que controlam sua força de trabalho, bem como contra o Estado nacional, que cada vez mais fala por si mesmo e por setores do capital local. Ao mesmo tempo, estes movimentos estão cada vez mais conscientes de que suas reivindicações se vinculam às de outros setores, tanto dentro quanto fora das fronteiras nacionais. (ARONOWITZ, 1992, p.72):

Os movimentos sociais representam forças sociais organizadas que aglutinam as pessoas como campo de atividades e de experimentação social e essas atividades são fontes geradoras de criatividade e inovações socioculturais.

Tanto os movimentos sociais dos anos 1980 como os atuais têm construído representações simbólicas afirmativas por meio de discursos e práticas. Eles criam identidades a grupos antes dispersos e desorganizados. Ao realizarem estas ações, projetam em seus participantes sentimentos de pertencimento social. Aqueles que eram excluídos de algo passam a sentir-se incluídos em algum tipo de ação de um grupo ativo.

No Brasil e em vários outros países da América Latina, no final da década de 70 e parte dos anos 80, ficaram famosos os movimentos sociais populares articulados por grupos de oposição ao então regime militar, especialmente pelos movimentos de base cristãos, sob a inspiração da Teologia da Libertação. Em fins dos anos 80 e ao longo dos anos 90, o cenário sociopolítico se transformou radicalmente. A partir de 90 ocorreu o surgimento de outras formas de organização populares mais institucionalizadas (como Fóruns Nacionais de Lutas, etc.). Emergiram várias

iniciativas de parceria entre a sociedade civil organizada e o poder público (como Orçamento Participativo, Política de Renda Mínima, etc.).

O movimento dos ecologistas proliferou após a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (ECO 92), dando origem a inúmeras Organizações Não-governamentais (ONGs). Tratam-se de ONGs diferentes das que atuavam nos anos 80 junto com os movimentos populares. As ONGs não são mais organizações de massa como as que se desenvolveram no período do regime militar. Caracterizam-se pela organização “micropolítica”, embora muitas alcancem uma atuação transnacional através das redes. Agora são ONGs inscritas no universo do Terceiro Setor, voltadas para execução de políticas de parceria entre o poder público e a sociedade.

As ONGs são entidades formais, de natureza privada, mas com fins públicos, que apresentam uma estrutura organizacional e procedimentos próprios. Elas promovem mediações e assessorias em diversas áreas, prestando apoio material às causas humanitárias ou desenvolvendo pesquisas e produção de conhecimento. E sua atuação no âmbito transnacional pode ser apontada como um importante mecanismo de universalização dos valores democráticos. Desse modo, contribuem de maneira significativa às questões do meio ambiente.

Segundo Ghon (2003), a questão ambiental, até a Eco 92, estava localizada muito nos movimentos ambientalistas. Passou a ser uma preocupação dos movimentos populares de bairro. Isso foi um salto qualitativo muito grande, porque nas demandas e reivindicações dos anos 1970/1980, a questão ambiental não era tão presente como é, hoje, nos movimentos populares propriamente ditos.

O movimento ambiental não teve um começo claro. Não ocorreu um fato isolado que inflamasse um movimento de massas. O movimento não iniciou em um país para depois espalhar-se a outro, mas sim, emergiu em lugares diferentes, em tempos diferentes e por motivos diferentes.

Segundo Cardelli (2003), não é possível imaginar nenhum fenômeno cultural fora do cenário das lutas sociais sem analisar seus protagonistas, sem observar a capacidade dos setores populares excluídos do atual processo de mundialização, ou

agredidos por ele, de resistir à segregação e encontrar novas formas de expressão e integração com o restante da sociedade.

Entretanto, nos movimentos ambientalistas, juntam-se as lutas das comunidades indígenas, das organizações camponesas, operárias e populares, com as causas da classe média urbana, as associações de base e os grupos ecologistas. Neste processo, surgem novas organizações profissionais, órgãos não-governamentais, grupos privados e associações civis que visam oportunidades de participação no contexto político e econômico abertos pela problemática do meio ambiente. Dessa maneira, abrem-se novas frentes de luta, negociações entre Estados e sociedades.

As questões ambientais mais antigas eram questões locais. Uma vez compreendidos os custos mais imediatos e pessoais da poluição, da caça ou da perda das florestas, os indivíduos formaram grupos, que formaram coalizões, que se tornaram movimentos nacionais e, finalmente, um movimento multinacional. Essa evolução foi episódica, com períodos de expansão dinâmica intercalados por tempos de sonolência.

De acordo com Mccorsmick (1999):

Posteriormente as influências intranacionais se disseminaram. O conhecimento dos especialistas florestais alemães foi exportado para os Estados Unidos e para a Índia, via Grã-Bretanha, para a Austrália via Índia, e mais além. O romantismo e o darwinismo alteraram as percepções humanas muito além de seus respectivos lugares de origem. No final do século XIX era difícil dissociar os objetivos dos movimentos nacionais. Mesmo que diferenças entre métodos e objetivos possam ter permanecido, a cena estava pronta para o surgimento do movimento ambiental global. (MCCORMICK, 1999, p.34)

A preocupação com o meio ambiente não é privilégio somente da sociedade contemporânea. Um grande interesse se voltou para essa área devido às conseqüências da rápida industrialização que se intensificou a partir do século XX.

Mundialmente, passou-se a falar em crises. Não somente em crises como a do Estado, crise econômica, de paradigmas e de valores humanos, mas a crise do meio ambiente que atinge a todos. O ser humano passou a perceber uma série de desastres

ecológicos que colocam em risco sua sobrevivência num futuro próximo. Aos poucos a humanidade passou a perceber que os recursos naturais são finitos e podem desaparecer.

Segundo Leff (2004):

A contaminação ambiental, a exploração excessiva dos recursos naturais e os desequilíbrios ecológicos; as crises de alimento, de energia e de recursos gerados pelos padrões dominantes da produção, distribuição e consumo de mercadorias; e os custos ambientais da concentração industrial e da aglomeração urbana, levaram já há trinta anos a estabelecer os limites da racionalidade econômica. Entretanto, a percepção da problemática ambiental não é homogênea e cobre um amplo espectro de concepções e estratégias de solução. As manifestações da crise ambiental dependem do contexto geográfico, cultural, econômico e político, das forças sociais e dos potenciais ecológicos sustentados por estratégias teóricas e produtivas diferenciadas. Neste sentido, não pode haver um discurso nem uma prática ambiental unificados. (LEFF, 2004, p.96)

De acordo com Cherem (2003), a partir da década de sessenta acentuou-se as preocupações com o meio ambiente e algumas ações, a princípio regionais, foram sendo tomadas, como a adoção da Declaração sobre a luta contra a contaminação do ar, em março de 1968 pelo Conselho Europeu, e a adoção por parte da Organização da Unidade Africana, em setembro de 1968, da Convenção Africana Sobre a Proteção da Natureza e dos Recursos Naturais. Sendo, essas ações uma mola propulsora de uma iniciativa global de preservação do meio ambiente, que se desenvolveu em caráter internacional a partir da conferência de Estocolmo de 1972 até a última grande iniciativa internacional, a Conferência do Rio de Janeiro Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1992, conhecida como Rio-92.

Da Conferência em Estocolmo resultou a Instituição no sistema das Nações Unidas do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, Pnuma, localizada em Nairóbi, no Quênia. A partir daí, a atividade diplomática dos Estados intensificou-se principalmente por pressão da opinião pública interna, que se torna cada vez mais consciente dos desequilíbrios ambientais.

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano e Desenvolvimento representou a adição de alguns componentes de conteúdo

obrigatório nas políticas e nas normas que envolvem o meio ambiente. Neste sentido destaca-se o componente da dimensão humana às questões ambientais, preocupada principalmente com o desenvolvimento, refere-se a introdução do termo *sustentabilidade*; a noção de futuridade, ou seja, as preocupações com os efeitos futuros das políticas ambientais ou normas jurídicas dos Estados; e o espraio da temática do meio ambiente em todos os ramos do Direito Internacional.

Com a Declaração sobre o meio ambiente na Conferência de Estocolmo, surge a preocupação com a educação ambiental e esta foi elevada a um campo de ação pedagógico, buscando uma conscientização por parte de todos.

O primeiro encontro Internacional em Educação Ambiental realizou-se em Belgrado, na Iugoslávia, em 1975, patrocinado pela Organização das Nações Unidas para a educação (UNESCO). Dele originaram-se as primeiras recomendações para a realização de programas de Educação Ambiental com objetivo de buscar soluções para:

Garantir que a população mundial tenha consciência do meio ambiente (...) e que conte com os conhecimentos, atitudes, motivação e desejos necessários para trabalhar individual e coletivamente na busca de soluções dos problemas atuais e para prevenir os que possam aparecer (MININNI-MEDINA; LEITE, 2001, p. 23).

A preocupação pública com a problemática de deterioração do meio ambiente tem crescido continuamente desde meados da década de sessenta, com a revolução ambiental norte-americana. Na década de 70, a preocupação se expande pelo Canadá, Europa Ocidental, Japão, Nova Zelândia, Austrália. Na década de 80 atinge a América Latina, Europa Oriental, a União Soviética e Sul e Leste da Ásia. Sendo que, na década de 90, como produto do processo preparatório da *Conference on Environment and Development* (UNCED), mesmo os países de desenvolvimento mais retardatários (China, países da África negra, árabes) iniciaram um debate sobre os problemas ambientais. No decorrer do tempo, as sucessivas necessidades de proteção ao meio ambiente que inicialmente eram sentidas e regulamentadas aos níveis domésticos dos Estados, “[...] ultrapassaram as fronteiras nacionais, pois, tanto a

poluição, quanto às medidas de conservação dos elementos componentes do meio ambiente não conhecem limites” (SOARES, 2000, p.74).

Segundo Viola (1995), como produtos destas três décadas de preocupação pública com a deterioração do meio ambiente emergem e desenvolvem-se as organizações não-governamentais e grupos comunitários que lutam pela proteção ambiental e atuam em escala internacional; as agências estatais (federal, estadual e municipal) que se encarregam de proteger o ambiente; grupos e instituições científicas que pesquisam os problemas ambientais; um setor de administradores e gerentes que implementam um paradigma de gestão dos processos produtivos baseado na eficiência no uso dos materiais, na conservação de energia, na redução da poluição, no *ecodesign* e na qualidade total; um mercado consumidor verde que demanda entre outras coisas, alimentos de uma agricultura orgânica, automóveis e eletrodomésticos de alta eficiência energética, papel reciclado, produtos que tenham sido produzidos usando tecnologias limpas e a partir de matérias-primas produzidas de modo sustentável.

Para Leff (2002), o ambientalismo surge num processo de emancipação da cidadania e de mudança social, com uma reivindicação de participação popular na tomada de decisões e na autogestão de suas condições de vida e de produção, questionando a regulação e o controle social através das formas corporativas de poder e planejamento centralizado do Estado. Esta demanda de democratização no manejo dos recursos volta-se também para a gestão dos serviços educacionais.

O processo de desenvolvimento do ambientalismo como movimento histórico tomou corpo no início da década de 1990 na esfera mundial.

De acordo com Viola (1995), há três clivagens na dinâmica da política internacional: a primeira entre as forças cujos interesses e orientações estão dentro do Estado-nação (nacionalistas) *versus* as forças cujos interesses e orientação localizam-se na escala mundial (globalistas); a segunda entre as forças que assumem a projeção ambiental como uma dimensão fundamental a ser combinada com o desenvolvimento econômico (sustentabilistas) *versus* as forças favoráveis ao desenvolvimento econômico sem considerar proteção ambiental (predatórios); a

terceira entre as forças favoráveis a certa redistribuição progressiva da renda a escala nacional e internacional (progressistas) *versus* as forças conservadoras do ponto de vista social (conservadores).

O processo de construção de instituições de governabilidade global afeta de maneira contraditória os sistemas democráticos nacionais. Para Viola (1995), na área ambiental pode-se citar sete dinâmicas institucionais que se destacam, que são: 1) a Convenção de Viena (1985), o Protocolo de Montreal (1987) e a Emenda de Londres (1990) para a Proteção da Camada de Ozônio; 2) a criação (1991) e desenvolvimento do *Global Environment Facility* para o financiamento do custo incremental da proteção do ambiente global; 3) a Convenção do Rio (1992) para a prevenção e atenuação da mudança climática; 4) a Convenção do Rio (1992) para a proteção da Biodiversidade; 5) a Agenda XXI acordada no Rio (1992) para a promoção e financiamento do desenvolvimento sustentável em escala planetária; 6) o Acordo de Madri (1992) que prorroga por mais cinquenta anos a proibição de atividades econômicas na Antártida; 7) a instalação (1993) e desenvolvimento da Comissão de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU).

O Acordo para a Proteção da Camada de Ozônio é um dos melhores exemplos de sucesso na construção de regimes internacionais setoriais para a proteção do meio ambiente global. Esse sucesso se deve a uma rápida formação de consenso na comunidade científica e a eficiência da comunicação extra-acadêmica, o fato da produção de CFC estar concentrada em poucas corporações transnacionais, a liderança do governo americano nas negociações internacionais e rápida proposta das corporações produtoras de Cloro Flúor e Carbono (CFC) no investimento em pesquisa e desenvolvimento de alternativas tecnológicas viáveis comercialmente.

Entretanto, a Convenção da Mudança Climática vem fracassando. Ocorre que, não há disposição na sociedade americana para diminuir as emissões de gases estufa, com impacto negativo sobre a Europa Ocidental e desapontamento da comunidade ambientalista; a liderança internacional é fraca por parte do Japão (único país rico impulsionado por um vetor de redução das emissões de gases de estufa); não há disponibilidade para reorientar as políticas públicas para atenuação do crescimento

nas emissões de gases estufas nos países continentais e emergentes; ocorreu complexificação, no interior da comunidade científica, das características do problema e de suas possíveis soluções e, abriu-se a possibilidade de uma perspectiva mais otimista durante a Primeira Conferência das Partes em Berlim (1995), devido a uma mudança favorável na posição Chinesa e a certa disposição japonesa para liderar a elaboração de um protocolo preciso para a redução das emissões de gases estufa que culminaria na Conferência de Kyoto em 1997.

De acordo com Viola (1995), a Convenção da Biodiversidade possui um duplo impacto. De um lado, ela aumentou de modo extraordinário a consciência pública internacional sobre a importância da diversidade biológica. De outro lado, ela é estruturalmente pouco funcional, devido ao fato de que os EUA mantêm uma atitude reticente com relação à convenção em todos os aspectos que não protegem de modo claro a propriedade intelectual, tal como foi definida na cultura civilizatória americana.

No caso do acordo de prorrogação do Tratado Antártico assinado em Madri em 1992 constitui-se um grande sucesso da governabilidade do ambiente global. Uma coalizão liderada por ONGs internacionais, Austrália e França conseguiu bloquear, por meio século, uma forte ofensiva de poderosas corporações transnacionais e do governo George Bush para abrir a Antártida à exploração mineral controlada.

No entanto, a Comissão de Desenvolvimento Sustentável da ONU, que foi estabelecida em 1993, a partir de sua criação pela Assembleia Geral em 1992, evoluiu de maneira lenta, assumindo um caráter de um organismo de impacto quase nulo nas relações internacionais. Desse modo, fica óbvio que uma incorporação mais consistente da questão ambiental no sistema ONU depende de uma reforma estrutural profunda deste, o que supõe assumir sua passagem de um sistema internacional-intergovernamental para um sistema transnacional-transgovernamental.

A problemática ambiental deu lugar a um movimento, na teoria e na prática, para compreender suas causas e resolver seus efeitos na qualidade de vida e nas

condições de existência da sociedade. O custo social da destruição do meio ambiente e de sua degradação gerada pela maximização do lucro e dos excedentes econômicos deram, pois, impulso à emergência de novos atores sociais, mobilizados por valores, direitos e demandas que orientam para a construção de uma maior racionalidade ambiental.

O reconhecimento dos movimentos sociais defensores da questão ambiental, cujas atividades até transcendem as fronteiras dos Estados, pelas organizações internacionais, se expressa, por exemplo, na possibilidade de algumas Organizações Não-governamentais de Alcance Transnacional (ONGAT) obterem o *status* de órgão consultivo junto às organizações inter-governamentais, como regulamenta o art. 71 da Carta das Nações Unidas ⁽⁵⁾.

Mais do que nunca é preciso considerar que todos os problemas no meio ambiente são conseqüências de outros, ocasionados pelo modo com o homem vê o mundo, suas relações com o poder, com as outras pessoas, com a produção de seus bens e com a geração constante de novas necessidades. Deve-se então, buscar compreender a complexidade ambiental que se constitui hoje. E através de todos os setores atuantes da sociedade, isto é, os movimentos ambientais, as ONGs e políticas ambientais existentes nos estados e fora deles, deve-se priorizar a educação ambiental. Por isso, deve-se valorizar a nova ética ambiental que se propõe a revalorização da vida do ser humano.

Portanto, deve-se cada vez mais priorizar um desenvolvimento sustentável do meio ambiente. Ele não se dará por força da necessidade ou do instinto de sobrevivência da sociedade. Mas, para que se possam buscar mudanças qualitativas é preciso que se tenha uma estratégia política que seja orientada pelo princípio de uma gestão democrática do desenvolvimento sustentável, mobilizada pelas reformas do estado e pelo fortalecimento das diversas organizações da sociedade civil. Isto implica, então, a uma nova ética e uma nova cultura política que irão legitimando os direitos culturais e ambientais dos povos constituindo novos atores e gerando movimentos sociais pela reapropriação da natureza.

3. MUDANÇA GLOBAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A degradação do meio ambiente manifesta-se a partir do crescimento e da globalização da economia. A escassez generalizada surge não só na degradação das bases de sustentabilidade ecológica do processo econômico, mas como uma crise de civilização que questiona a racionalidade do sistema social, os valores, os modos de produção e os conhecimentos que os sustentam.

O conceito de ambiente defronta-se com as estratégias prejudiciais da globalização. O tema da sustentabilidade surge como uma resposta ao rompimento da razão modernizadora e como condição para construir uma nova racionalidade produtiva que se funda no potencial ecológico e em novos sentidos de civilização a partir da diversidade cultural da humanidade.

De acordo com Leff (2004):

A gestão ambiental do desenvolvimento sustentável exige novos conhecimentos interdisciplinares e o planejamento intersetorial do desenvolvimento; mas é, sobretudo, um convite à ação dos cidadãos para participar na produção de suas condições de existência e em seus projetos de vida. O desenvolvimento sustentável é um projeto social e político que aponta para o ordenamento ecológico e a descentralização territorial da produção, assim como para a diversificação dos tipos de desenvolvimento e dos modos de vida das populações que habitam o planeta. Neste sentido, oferece novos princípios aos processos de democratização da sociedade que induzem à participação direta das comunidades na apropriação e transformação de seus recursos ambientais. (LEFF, 2004, p. 57)

A Organização das Nações Unidas (ONU, 2006) define desenvolvimento sustentável como o desenvolvimento que permite satisfazer as necessidades presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer suas próprias necessidades.

El concepto de desarrollo sustentable propone un tipo de sociedad que se va por encima de la organización estructural de la sociedad, se sitúa al margen de los intereses clasistas de los diferentes actores sociales que participan en el desarrollo de un país, y esto es una utopía irrealizable. No concreta las vías para garantizar democratización del aparato estatal y de las organizaciones comunitarias. En este sentido es una utopía más que se puede alcanzar solamente en sociedades donde los recursos se distribuyan

de forma equitativa, donde exista una voluntad política de concertación ciudadana (PEÑA, 2005, p.16).

Segundo Souza Filho (2001), o conceito de desenvolvimento sustentável compreende dois conceitos fundamentais, os de necessidades, ou seja, as necessidades essenciais das pessoas mais pobres da sociedade e o de limites os quais compreendem as necessidades de satisfazer as gerações atual e futura.

Ainda nessa perspectiva, Vizcarra; Montana (2004) consideram que o modelo de desenvolvimento sustentável busca conciliar sustentabilidade ecológica com a lógica econômica e social visando à preservação dos recursos naturais renováveis e não-renováveis, além de melhoria nas condições de vida da população.

As raízes dos estudos sobre desenvolvimento sustentável são oriundas do livro *Primavera Silenciosa*, de Carson (1999), onde se tem uma análise dos efeitos das substâncias químicas sobre os seres vivos. Na década de 1970 começa a ficar latente a preocupação com o desenvolvimento sustentável através da publicação, por parte do Clube de Roma, da obra *Limites ao crescimento*, que definiu cinco pontos inibidores do crescimento econômico, os quais são: população, produção agrícola, recursos naturais, produção industrial e contaminação. A partir daí, foram crescendo as discussões e os debates acerca do desenvolvimento sustentável, atingindo o ápice na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, no Rio de Janeiro, em 1992, onde se define a Agenda 21, ou seja, um conjunto de pressupostos que as nações deveriam adotar visando à sustentabilidade.

No entendimento de Ravallion e Datt (2003) e Tochetto *et al.* (2004) ao discutir a sustentabilidade, alguns pontos devem ser prioritários, tais como:

- a) **aspecto espacial do crescimento:** o padrão de desenvolvimento da atividade econômica reduz a pobreza de acordo com o padrão espacial de distribuição da mesma. Se os pobres estão na periferia das grandes cidades é de pouca valia que o crescimento ocorra no meio rural;
- b) **padrões setoriais de crescimento:** o crescimento econômico acontece dentro de setores. O impacto do crescimento vai depender dos “links” com os setores abertos aos pobres;
- c) **grau de desigualdade da renda e da riqueza:** sociedades com distribuição de renda e riqueza muito desiguais são baixas conversoras de crescimento em redução da pobreza;

d) dimensões não-renda: a conversão do crescimento em bem-estar dos indivíduos depende também da variação existente nas dimensões não-econômicas como saúde, educação, discriminação etc., pois dessas condições depende a capacidade dos indivíduos de participar e usufruir os resultados do crescimento;

e) padrão do gasto público: o governo funciona como um mecanismo distributivo e redistributivo de renda na sociedade, afetando canais de como o crescimento é estruturado e articulado. Um baixo nível pró-pobre da focalização do gasto público com um baixo nível de desenvolvimento institucional pode afetar seriamente a eficiência das políticas públicas;

f) impacto ambiental: o crescimento econômico pode afetar desproporcionalmente os pobres via degradação ambiental ao levar à erosão de sua base de ativos. Assim, o impacto distributivo pode ser dado indiretamente, via externalidades negativas ao causar poluição, ou erosão ou contaminação de um recurso previamente utilizado pelas pessoas mais pobres, dificultando ou inviabilizando suas estratégias de sobrevivência.

Para Ilha (2006), Souza Filho (2001) e Atkinson (2000), os pressupostos para as nações alcançarem o desenvolvimento sustentável são estabilidade macroeconômica; infra-estrutura e logística melhores e ampliada; boas instituições, que ajudem a garantir a estabilidade, o funcionamento dos mercados, a regra da lei e a representatividade e a estabilidade política, social e jurídica; investimentos públicos em educação e saúde; política de geração de emprego; reforma agrária dentro dos padrões éticos e jurídicos; preservação da biodiversidade; uso de tecnologias sustentáveis; rotação de cultura e preservação dos recursos hídricos.

Segundo Leff (2004), a sustentabilidade do processo de desenvolvimento implica o reordenamento dos assentamentos urbanos e o estabelecimento de novas relações funcionais entre o campo e a cidade. Desta forma, além das oposições entre crescimento econômico, conservação ecológica e preservação do ambiente, ou entre desenvolvimento urbano e rural, promovem-se novas economias sustentáveis, baseadas no potencial produtivo dos sistemas ecológicos, nos valores culturais e numa gestão participativa das comunidades para um desenvolvimento endógeno autodeterminado. Daí surge o desafio de gerar estratégias que permitam articular estas economias locais com a economia de mercado nacional e mundial, preservando a autonomia cultural, as identidades étnicas e as condições ecológicas para o desenvolvimento sustentável de cada comunidade, isto é, de integrar as populações locais num mundo diverso e sustentável.

Surge então, a possibilidade de passar das políticas de conservação, descontaminação, restauração ecológica e dos programas de desenvolvimento social para uma economia sustentável, fundada em princípios de racionalidade ambiental. Coloca-se assim:

A possibilidade de repensar a produção e o desenvolvimento das forças produtivas como um processo aberto à recuperação e ao melhoramento de práticas tradicionais de uso dos recursos, integrando os saberes e valores nos quais se arraigam as identidades culturais dos povos ao conhecimento científico e aos avanços da tecnologia moderna (LEFF, 2004, p. 64).

Outro fator importante é a educação, um dos fatos sociais mais evidentes e universais da história da humanidade, os mais diferentes povos e as mais distintas culturas a possuem como parte de sua vida. É uma das variáveis integrantes da vida das comunidades humanas e está relacionada aos demais fatos, sejam econômicos, políticos, culturais, etc.

De acordo com Leff (2004), as estratégias educacionais para o desenvolvimento sustentável implicam a necessidade de reavaliar e atualizar os programas de educação ambiental, ao tempo que se renovam seus conteúdos com base nos avanços do saber e da democracia ambiental. A educação para o desenvolvimento sustentável exige assim, novas orientações e conteúdos; novas práticas pedagógicas onde se plasmem as relações de produção de conhecimentos e os processos de circulação, transmissão e disseminação do saber ambiental. Isto coloca a necessidade de incorporar os valores ambientais e novos paradigmas do conhecimento na formação dos novos atores da educação ambiental e do desenvolvimento sustentável.

A educação ambiental passa a adquirir um significado estratégico na condução do processo de transição para uma sociedade sustentável. Sendo que, deve haver um comprometimento por parte dos Estados e da cidadania para elaborar projetos onde a educação se defina através de um critério de sustentabilidade que corresponda ao potencial ecológico e aos valores culturais das regiões; de uma educação capaz de gerar consciência e capacidades próprias para que as populações possam apropriar-se de seu ambiente como uma fonte de riqueza econômica, de

prazer estético e de novos sentidos de civilização; de um novo mundo onde os indivíduos, as comunidades e as nações vivam em harmonia com a natureza.

A vinculação entre educação e desenvolvimento é uma necessidade para todos os povos e faz parte das condições para que se inicie um diálogo crítico que alimente a sociedade no sentido da sustentabilidade.

Segundo Cardelli (2003):

No âmbito da sustentabilidade, a educação deverá propor uma abordagem crítica do sistema humano, destinada a restaurar a ética como princípio fundador da única racionalidade possível, a qual deverá contemplar desde a dívida real financeira, ambiental e cultural entre os povos do globo até a abordagem e construção de um tipo de conhecimento responsável para com as sociedades e com a própria terra. (CARDELLI, 2003, p. 82)

Sendo assim, as reivindicações acerca do ambientalismo promovem os direitos humanos por um ambiente limpo e produtivo, reconhecem o direito das minorias étnicas de preservar sua cultura e seus territórios, juntamente ao acesso e apropriação de recursos ambientais como fonte de riqueza e base de um desenvolvimento econômico sustentável. Desse modo, a perspectiva ambiental do desenvolvimento poderá abrir múltiplas opções para a produção, novas formas de vida social e inúmeros projetos culturais.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mundialmente, passou-se a falar em crises. Não somente em crises como a do Estado, crise econômica, de paradigmas e de valores humanos, mas a crise do meio ambiente que atinge a todos. O ser humano passou a perceber uma série de desastres ecológicos que colocam em risco sua sobrevivência num futuro próximo. Aos poucos a humanidade passou a perceber que os recursos naturais são finitos e podem desaparecer.

Os novos movimentos sociais têm cumprido um importante papel no processo de elaboração de uma nova cultura política e no questionamento dos fatores que obstaculizam a ampliação da democracia, seja no âmbito dos Estados ou em escala global.

As Organizações não-governamentais ambientalistas atingem alcance para além das fronteiras dos Estados através das redes transnacionais, mobilizadas a

partir de uma causa ecológica específica ou em torno das Conferências internacionais. Essas redes estabelecem a inter-comunicação entre diversos setores da sociedade, cumprindo um importante papel na divulgação de temas que dizem respeito à vida no planeta. Ademais, as redes têm obtido sensível inserção de suas demandas nas agendas políticas multilaterais.

Desta forma, tais movimentos sociais exercem interferência nas organizações representativas dos Estados-nação, promovendo mediações e assessorias técnicas para a gerência de políticas multilaterais.

Apesar do local e o nacional continuarem sendo o espaço privilegiado de ação dos diversos atores da sociedade, é crescente o aumento de interação entre organizações da sociedade civil nacionais e transnacionais na luta por direitos.

As atuações coletivas políticas e discursos agrupados em torno da questão ambiental são tão diversificados que se torna praticamente impossível considerá-lo um único movimento. O movimento ambientalista caracteriza-se como uma nova forma de movimento social descentralizado, multiforme, orientado à formação de redes e de alto grau de penetração.

Nesse sentido, a atuação das Organizações não-governamentais ambientalistas faz emergir uma nova perspectiva para a ampliação da democracia na ordem global, suscitando interesse sobre o potencial transformador dessas organizações. A atuação das ONGs nas questões ambientais pode ser apontada como um importante mecanismo de universalização dos valores democráticos, bem como produtora de uma política de conquista de emancipação que se desprende do espaço político tradicional e passa a desenvolver-se no cotidiano, tomando como campo de ação novos contextos.

Há um vínculo cada vez maior entre movimentos ambientalistas e a produção de políticas ambientais de alcance global, pois a atuação em rede e os mecanismos de inserção de suas demandas nas searas políticas tradicionais têm logrado sucesso na difusão das grandes questões que dizem respeito à vida no planeta.

Pode-se observar que os valores ambientais se inculcam através de diferentes meios produzindo efeitos educativos. Esses valores vão desde os princípios ecológicos gerais e uma nova ética política, até os novos direitos coletivos e os interesses sociais associados à reapropriação da natureza e à redefinição de estilos de vida diversos, que rompem com a homogeneidade e centralização do poder na ordem econômica, política e cultural dominante.

Por fim, a educação ambiental é imprescindível porque estimula novas atitudes nos sujeitos sociais e novos critérios de tomadas de decisões dos governos, guiados pelos princípios de sustentabilidade ecológica e diversidade cultural, internalizando-os na racionalidade econômica e no planejamento do desenvolvimento. Isso implica educar para formar um pensamento crítico, criativo e prospectivo, capaz de analisar as complexas relações entre processos naturais e sociais, para atuar no ambiente com uma perspectiva global, mas diferenciada pelas diversas condições naturais e culturais que o definem.

REFERÊNCIAS

ARONOWITZ, S. Pós-modernismo e Política. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.) **Pós-modernismo e política**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

ATKINSON, G. Measuring Corporate Sustainability. **Journal of Environmental Planning and Management**. v.43, p.235-252, mar., 2000.

CARDELLI, J.; DUHALDE, M.; MAFFEI, L. **Educação para o Século XXI**. São Paulo: Instituto Pólis, 2003.

CARSON, R. **Primavera silenciosa**. Madrid: Trotta S. A, 1999.

CASTRO, P. J. C. Mutações e Constâncias do Direito Internacional do Ambiente. In: **Revista de direito do urbanismo e do ambiente**. Lisboa, n. 2, dez. 1994, p.145-187.

CHEREM, M. T. C. S.. A Proteção do Meio Ambiente nas Dimensões do Mercosul. **Revista Novos Estudos Jurídicos**. São Paulo, v. 8, n. 1, jan./abr. 2003, p.123-143.

GOHN, M. da G. **Movimentos Sociais no Início do Século XXI: antigos e novos atores sociais**. Petrópolis: Vozes, 2003.

ILHA, A. da S. A Necessidade de uma Estratégia de Crescimento com Equidade: o caso do Brasil. In MARCO, L. E. Di. (Org.). **A América Latina y la construcción del Humanismo Económico**. Córdoba: Ediciones Ciec, 2006.

LEFF, E. **Epistemologia Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Petrópolis: Vozes, 2004.

MAINWARING, S.; VIOLA, E. Novos Movimentos Sociais, Cultura Política e Democracia. In: SHERER-WARREN, I.; KRISCHKE, P. (Orgs.). **Uma revolução no**

cotidiano? São Paulo: Brasiliense, 1987.

MCCORMICK, J. **Rumo ao Paraíso**. São Paulo: Atlas, 1999.

MININNI-MEDINA, N.; LEITE, A. L. T. Educação Ambiental: curso básico à distância. **Ministério do Meio Ambiente**. MMA: Brasília, 2001.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Disponível em: <<http://www.un.org>>. Acesso em 12 maio 2006.

PEÑA, J. M. M. El desarrollo sustentable y sus perspectivas para los países subdesarrollados. In: VII Encuentro Internacional de Economistas sobre Globalización y Problemas del Desarrollo. Habana: Cuba, **Anais**, 2005. CD-ROM, p.1-22.

PRIEB, S. **O Trabalho a Beira do Abismo**: uma crítica marxista à tese do fim do trabalho. Ijuí: Unijuí, 2005.

RAVALLION, M.; DATT, G. When pro-poor growth. **Economics Letters**, v. 78, p. 93-99, 2003.

SCANLON, T.M. **What we owe to each other?** Cambridge: Harvard University Press, 1998.

SEITENFUS, R. **Manual das Organizações Internacionais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.

SOARES, G. F. S. **Direito Internacional do Meio Ambiente - Emergência, Obrigações e Responsabilidades**. São Paulo: Atlas, 2000.

SOUZA FILHO, H. M. Desenvolvimento Agrícola Sustentável. In: BATALHA, M. Ot. (Coord.) **Gestão agroindustrial**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

TOCHETTO, D. G. et al. Crescimento pró-pobre no Brasil - uma análise exploratória In: XXXII Encontro Nacional de Economia da ANPEC: João Pessoa, **Anais...**, 2004. CD-ROM. p. 1-20.

VIOLA, E. J. et al. **Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cidadania**: desafios para as Ciências Sociais. São Paulo: Cortez, 1995.

VIZCARRA, Reinaldo Maia; MONTANA, Mônica Martinez. Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente. In: Simpósio Internacional Fronteiras na América Latina: desenvolvimento e integração. Santa Maria: UFSM, **Anais...**, 2004. CD-ROM. p.1-15.

NOTAS

(1) Mestrando em Agronegócios pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Economista, pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Bolsista da Coordenação de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e membro dos grupos de pesquisas Integração Regional (UFSM) e Estudos em Organizações (UFRGS). E-mail de Contato: daniel.coronel@ufrgs.br.

(2) Professora da Universidade de Passo Fundo (UPF), Mestra em Integração Latino-Americana, pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Especialista em Pensamento Político Brasileiro (UFSM), Economista (UFSM), Licenciada em Filosofia-Licenciatura Plena, acadêmica do Curso de Ciências Sociais (UFSM) e membro do grupo de pesquisa Integração Regional (UFSM). E-mail de contato: juliana.franchi@hotmail.com.

(3) O Clube de Roma tinha como objetivos discutir os problemas que afligiam a humanidade, bem como, a partir de políticas concretas, visar ao equacionamento desses problemas. De acordo com Prieb (2005), os principais teóricos do clube de Roma foram Adam Schaff, A. King, S. Okita, H. Inose, e E. Laszio.

(4) Segundo Gohn (2003), esses movimentos utilizam-se muito dos novos meios de comunicação e informação como a Internet. Eles exercitam o que Habermas denominou como o agir comunicativo. A criação e o desenvolvimento de novos saberes são produtos dessa comunicabilidade.

(5) De acordo com Seitenfus, 2003.

Enviado: 03/03/2007

Aceito: 28/08/2007

Publicado: 11/12/2007